

## Campos pretende abrir saúde. Valmir quer regulamentar planos privados

Senadores fazem sugestões para enfrentar falta de leitos hospitalares e outras calamidades do setor, como o recorde de queixas contra empresas registrado pelos Procons



Valmir (E) critica empresas e Campos propõe maior competição

### Alcântara condena acordo para aprovar o imposto do cheque

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) criticou sexta-feira o acordo que estaria em desenvolvimento na Câmara dos Deputados prevendo a aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em troca de compensação no pagamento do imposto de renda e da Contribuição da Seguridade Social (Cofins).

Para o senador, "trata-se de um acordo calhorda, porque os donos das grandes fortunas vão ser compensados via desconto no Imposto de Renda e na Cofins", e por isso, afirmou, a ne-



Alcântara

gocição deve ser "denunciada e bombardeada".

Alcântara lembrou que muita gente que tem talão de cheque (a contribuição incidiria principalmente sobre pagamentos com cheque) não alcança sequer o piso previsto para pagamento de Imposto de Renda. "Então, essas pessoas seriam as únicas que pagariam a CPMF", disse o senador, acrescentando que é preferível que a Câmara não aprove a contribuição financeira, visto que serviria apenas para "lesar a população de baixa renda".

quer o piso previsto para pagamento de Imposto de Renda. "Então, essas pessoas seriam as únicas que pagariam a CPMF", disse o senador, acrescentando que é preferível que a Câmara não aprove a contribuição financeira, visto que serviria apenas para "lesar a população de baixa renda".

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) fez um apelo ao Senado para que discuta e aprove, com urgência, uma lei que regulamente o funcionamento das entidades privadas de assistência médica. Já o senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu a abertura do setor de saúde a empresas estrangeiras, como prevê uma proposta de emenda constitucional por ele apresentada.

Valmir afirmou que os serviços públicos de saúde estão em "situação de calamidade", dando como exemplo a tragédia da hemodiálise de Caruaru, o que, a seu ver, levou a classe média em direção às entidades

privadas de saúde, que "são ruins e enganosas".

O senador pelo DF disse que os 39 milhões de associados a convênios privados de saúde estão "muito assustados", já que o governo cogita liberar os preços dos planos, o que, segundo o senador, acarretaria um aumento médio de 20 a 30%. Valmir destacou que as empresas privadas de assistência médica são as recordistas de queixas no Procon, a maioria delas por aumento das mensalidades.

Em aparte, o senador José

Roberto Arruda (PSDB-DF) apoiou o discurso.

#### ABERTURA

Júlio Campos, por sua vez, não vê sentido em se manter a discriminação ao capital estrangeiro na assistência à saúde após a eliminação do conceito de empresa brasileira de capital nacional na Constituição.

Autor da proposta que suprime o parágrafo 3º do artigo 199 da Constituição, ele fez um apelo aos senadores, especialmente aos membros da Comissão de Constituição e Justiça, pela aprovação da medida.

Para Júlio Campos, a exclusão do capital estrangeiro do setor de saúde é incompreen-

sível num quadro de falta de leitos hospitalares e precariedade no atendimento. A seu ver, o argumento de que a entrada de empresas estrangeiras acabará com o Sistema Único de Saúde não se sustenta.

Júlio Campos destacou, também, que o Brasil já tem experiência de participação estrangeira no campo do atendimento à saúde. Unidades como o Hospital do Coração, o Albert Einstein e o Sírio-Libanês, citou ele, foram fundadas e mantidas pelas comunidades de imigrantes.

Eventual liberação de preços preocupa usuários dos planos

## Para Cafeteira, reformas do governo custam caro

Bancadas em defesa de interesses específicos deveriam se preocupar com país, diz senador. Pág. 3



No lançamento, Emília representa Mesa do Senado

## Presidente do TSE lança livro no Congresso

"Não é possível qualquer reforma econômica que não esteja assentada em instituições políticas sérias, acreditadas, respeitadas", afirmou sexta-feira no Congresso Nacional o ministro Carlos Mário da Silva Velloso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), durante a cerimônia de lançamento do livro *Direito Eleitoral*. Estiveram presentes o vice-presidente Marco Maciel, autor de um dos artigos da coletânea, e o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. Representando o presidente do Senado, José Sarney, e a Mesa Diretora, a senadora Emília Fernandes

(PTB-RS) disse que a obra tem "importância fundamental para o processo democrático".

O livro, organizado pelo ministro Carlos Velloso e pela professora Carmen Lúcia Antunes Rocha, e dedicado à memória do jurista Geraldo Ataliba, é expressão do "Poder Judiciário fazendo-se agente transformador", disse o presidente do TSE. *Direito Eleitoral* reúne artigos de juristas e cientistas políticos renomados, como Paulo Bonavides, Celso Antônio Bandeira de Mello, Fábio Konder Comparato e Walter Costa Porto, entre outros.

## Maldaner propõe a antecipação de feriados para as segundas-feiras

Os feriados serão comemorados antecipadamente às segundas-feiras, sempre que caírem em outros dias úteis da semana, se aprovado projeto apresentado pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). As exceções ficam para os dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), 7 de setembro (Independência do



Maldaner

Brasil) e 25 de dezembro (Natal).

Casildo Maldaner disse que a sua proposição tem por objetivo tornar a semana mais produtiva, já que o calendário brasileiro de datas cívicas e religiosas é, a seu ver, muito extenso.

## Revista de Informação Legislativa completa 33 anos com 129 edições

A *Revista de Informação Legislativa*, editada há 33 anos pelo Senado Federal, lançou nesta semana o volume referente ao primeiro trimestre de 1996, de nº 129. Com trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, responsável pela edição, e artigos de colaboradores, a revista é um espaço de debate sobre assuntos atuais nas áreas jurídica, política e afins.

O novo número publica 31 artigos abordando, entre outros temas, a nova lei dos partidos

políticos, o processo legislativo orçamentário, o papel do Estado como regulador de concessões de serviços públicos e os sistemas informatizados da Secretaria da Receita Federal.

A revista é distribuída para assinantes, mas números avulsos também podem ser adquiridos no seguinte endereço: Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Via N-2, Unidade de Apoio III - Praça dos Três Poderes - 70.165-900 - Brasília, DF. Tels.: 311-3575/311-3578/311-3579.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Previsão dos trabalhos para amanhã, terça-feira

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLC nº 104/92, que define e pune contravenção penal referente a condutas atentatórias contra o patrimônio público e privado; e \*PLC nº 8/94, que revoga os parágrafos únicos dos arts. 213 e 214 do Código Penal.

### COMISSÕES

11h - Comissão Especial destinada à elaboração dos projetos de lei reguladores do texto constitucional alterado pelas Emendas Constitucionais nºs 5, 6, 7, 8 e 9/95 (Ordem Econômica)

**Pauta:** Explanções do presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações (Fenattel), Almir Munhoz, e do diretor da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações

(Fittel), Brígido Roland Ramos, sobre a Emenda Constitucional nº 8, que trata das telecomunicações. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

**Pauta:** Audiência pública com os presidentes do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, e da Companhia Vale do Rio Doce, Francisco Schettino, para prestarem esclarecimentos sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, tendo em vista o Projeto de Lei do Senado nº 161/85, que cria o Programa Nacional de Desestatização. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se \*PLC nº 41/91 (não terminativo), que dispõe sobre a proteção do trabalho doméstico; \*PLS nº 229/95 (não terminativo), que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e Drenagem; e \*PLC nº 122/93 (não terminativo), que determina a devolução aos legítimos proprietários dos valores relativos ao Fundo 157. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.429/96, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares, e dá outras providências

**Pauta:** Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

## Gilvam Borges critica demissão voluntária de servidor público

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse sexta-feira que a busca pelo emprego é uma guerra, e por isso considerou "hipócrita" a anunciada proposta de demissão voluntária de servidores públicos e de redução da jornada de trabalho, para cortar o salário pela metade, conforme noticiou a imprensa esta semana.

- É brincadeira uma proposta dessa, ou é só para ter notícias para veicular? Ou é só para dizer que há, pelo menos, uma proposta? Quería fazer um apelo ao presidente da República no sentido de que, quando tivesse uma proposta como essa, que ela viesse a público com mais responsabilidade - disse ele. "Como pode querer o governo sacrificar ainda mais o servidor público, que há duas décadas vem sendo o bode expiatório de todo tipo de maldade que ocorre neste país?", questionou.

Comentando as negociações que teriam ocorrido na Câmara entre o governo e algumas bancadas para votação da reforma da Previdência, o senador disse ser plenamente favorável a esse procedimento. Gilvam elogiou a iniciativa de deputados integrantes do grupo ruralista e da bancada mineira. Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou que "o parlamentar deve-se ater ao essencial, e defender as aspirações coletivas e não os interesses pessoais". O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) também condenou que parlamentares condicionem seu apoio a projetos do governo em troca de interesses corporativos.



Gilvam

# Cafeteira diz que reformas custam caro e culpa bancadas

Senador pergunta ao governo se é válido ceder a exigências de grupos de interesse que se organizam no Legislativo

## Jefferson quer vetar acúmulo de aposentadoria por parlamentar

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) anunciou sexta-feira que apresentará emenda à proposta da reforma da Previdência, assim que ela chegar ao Senado, para restabelecer a proibição de parlamentares acumularem aposentadorias com salários. Ele condenou a decisão dos deputados, que na última quarta-feira restabeleceram esse acúmulo, mas mantiveram a proibição para os servidores públicos.

- Os parlamentares devem ter isso em mente: ou abrimos mão de nossos privilégios ou não poderemos cortar privilégio de ninguém. A Câmara derrubou esse artigo, mas vou tentar restabelecê-lo no Sena-

do. Se o Senado ratificar a decisão da Câmara, paciência. Mas, então, que os parlamentares não reclamem dos ataques que sofrem da imprensa - afirmou.

Jefferson Peres considerou "indecoroso" o acordo feito pelo governo com a bancada ruralista e com uma parte da bancada de Minas Gerais para que apoiem a reforma da Previdência. Os ruralistas pediram que fosse revista cobrança de débitos junto ao Banco do Brasil, enquanto parte da bancada mineira obteve promessa do governo de quitar débitos com a empreiteira Mendes Júnior. O senador leu editorial do *Correio Braziliense* de sexta-feira condenando o acordo.



Jefferson

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) criticou na sexta-feira o comportamento das bancadas que apoiam o governo no Congresso, indagando se vale a pena fazer as concessões exigidas pelos grupos de interesse que se organizam no Legislativo. "O preço das reformas é alto demais. As bancadas que se reúnem com o nome de ruralista, da saúde, do Proálcool, da Mendes Júnior (no caso de Minas Gerais), etc., deveriam ser uma bancada única - a do povo brasileiro", disse o senador.



Cafeteira

Cafeteira questionou se o governo ainda tem apoio parlamentar e classificou de "vexatória" a situação do Legislativo. Dizendo-se cansado dessa discussão sobre a barganha entre votos em plenário e concessão de favores para o atendimento de interesses de grupos determinados, o senador anunciou que está viajando, em caráter particular, para o exterior, onde refletirá sobre o comportamento do parlamento brasileiro e o de outros países, do Terceiro e do Primeiro Mundo.

O senador comunicou que se ausentará do Brasil no período de 18 de maio a 17 de junho próximo, sem "qualquer ônus para o Senado". E afirmou que fazia essa explicação exatamente para que, posteriormente, a imprensa não venha a insinuar que ele está viajando às custas da instituição. Cafeteira se disse interessado sobretudo em observar o "decoro parlamentar" dos representantes de outros países.

## Emília defende prestação menor na quitação de crédito educativo

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) anunciou que pretende apresentar projeto de lei autorizando a Caixa Econômica Federal a renegociar com ex-universitários para baixar as prestações do crédito educativo. Ela informou que muitos recém-formados estão com salários baixos ou ainda desempregados e, por isso, não conseguem pagar o crédito educativo.

- Tenho comprovante de professores que estão ganhando R\$ 350 mensais e receberam uma cobrança de R\$ 293 por mês, o que é totalmente inviável - afirmou.

Emília Fernandes lamentou que o projeto substitutivo que muda o crédito educativo, aprovado no dia 16 pelo plenário, não tenha sido submetido à Comissão de Educação, da qual a senadora é vice-presidente. O projeto passou apenas pela Comissão de Assuntos Econômicos e agora retornará à Câmara para votação das mudanças apresentadas pelos senadores.

O projeto substitutivo possibilita a estudantes carentes com bom rendimento pleitear à CEF crédito educativo para cobrir de 50% a 100% do valor das mensalidades.

## TV Senado chega a todos os estados

Desde a última terça-feira (dia 14), a rede de TV por assinatura NET está transmitindo as atividades do Senado para Curitiba, depois de dois meses de experiência no Distrito Federal. Amanhã, será a vez de São Paulo. Segundo Fernando Vilarinho, da NET Brasil, até o final deste mês a TV Senado estará sendo apresentada em todos os estados. Outro grupo de TV por assinatura, a TVA, pretende iniciar as transmissões da TV Senado também neste mês.

A TV Senado transmite tudo o que acontece nas comissões e no plenário do Senado, das 9h às 23h30, de segunda a sexta-feira. Além dos debates, a TV apresenta três noticiários, cada um de 10 minutos, às 9h15, 21h e 23h20, com um resumo dos principais fatos do dia. A TV apresenta ainda entrevistas com senadores sobre os assuntos que se encontram nas pautas das comissões e do plenário. A partir de junho, a TV Senado estará transmitindo também aos sábados e domingos, quando exibirá uma revista da semana.

Em breve, os telespectadores da NET e da TVA e de todas as operadoras de televisão por assinatura poderão manifestar, por telefone, suas opiniões a respeito dos assuntos em discussão no Senado. Também será criado um serviço especial de atendimento ao cidadão.

# Bianco cobra ajuda para desenvolver Rondônia

*E lembra que principais problemas são a carência de energia elétrica e a má conservação da rodovia BR-364*

O senador José Bianco (PFL-RO) pediu maior apoio do governo federal para o desenvolvimento de Rondônia. Segundo o senador, são necessários "estudos, concepções e políticas decisivas para promover o surgimento de um novo ciclo de sucesso e de justiça social no estado". Ele disse que o "objetivo da União em Rondônia deve ser o de constituir um pólo de riquezas para o país",

atentando-se para os cuidados ambientais.

Para Bianco, entre os problemas que impedem o desenvolvimento de Rondônia estão a profunda carência de energia elétrica e o péssimo estado de conservação da BR-364. Ele também cobrou do Banco do Brasil e do Banco da Amazô-



José Bianco

nia maior incentivo ao setor rural.

O senador alertou que o estímulo do governo à Zona de Livre Comércio de Guajará-Mirim "corre sérios riscos de frustrar-se com o decreto que impôs cota de importação baixíssima e, sobretudo, distribuída de forma irracional".

## Bonifácio pede apoio ao Tocantins para superar caos

O senador José Bonifácio (PPB-TO) advertiu que o Tocantins está vivendo um verdadeiro caos social e precisa do apoio do governo federal para oferecer condições dignas de vida à sua população. Ele afirmou que a solução dos problemas "requer investimentos mód-



José Bonifácio

cos".

Bonifácio defendeu a conclusão da ferrovia Norte-Sul e da ponte ferroviária sobre o rio Tocantins, bem como a viabilização do corredor multimodal de transporte Centro-Norte. Ele foi apertado por Ramez Tebet (PMDB-MS) e Lauro Campos (PT-DF).

## Nabor elogia ação contra malária

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) elogiou as ações contra a malária desenvolvidas no Acre pela Fundação Nacional de Saúde. O senador também destacou o "exemplo dado pela instituição aos demais órgãos públicos", com o empenho de seus dirigentes



Nabor Júnior

em esclarecer rapidamente dúvidas levantadas pelo parlamentar a respeito desse trabalho. Ofício da fundação esclareceu "equivoco" cometido pelo jornal *Gazeta do Acre* no tratamento dos números da estatística divulgada pela unidade regional da entidade.

## Cabral: Samsung instalará fábrica na Zona Franca

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) informou que o governador do Amazonas, Amazonino Mendes, viaja no próximo dia 27 para Seul, na Coreia, onde concluirá as negociações para instalar, em Manaus, uma fábrica de cinescópio, o maior componente de aparelhos de televisão. Segundo o senador, o governador vai conhecer a fábrica da Samsung de Seul e na volta ao Brasil irá fixar a data para a assinatura do contrato em Manaus.

Cabral afirmou que os inimigos desse projeto vão ter de assumir que a Zona Franca de Manaus não é mera montadora ou maquiadora de eletroeletrônicos. Cabral foi apoiado por Gilvam Borges (PMDB-AP) e Jefferson Peres (PSDB-AM).



Cabral

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odácir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretária: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretária: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade  
■ Editores - Djaltou Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Mircia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral  
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal